



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 27
DE JUNHO DE 2016

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2016;

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2015 /ARTº 76º, Nº2 E 3, DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO;

2.4-RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL-PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – 1ºRELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2016 – (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12ºDA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO) /ACOMPANHAMENTO;

2.5- PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE SANTA COMBA DÃO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas, os Senhores Deputados: António José Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques.

Registou-se assim a presença de vinte e cinco deputados, treze deputados do Partido Socialista (PS); onze deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Urbana Maria Coimbra Sousa e Luís Miguel Ferreira Marques, faltas que foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

O 1º Secretário da Mesa, o Sr. Deputado César Fernando Lima Branquinho, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal – o primeiro assunto, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos senhores deputados da Assembleia Municipal, era relativo a um pedido de voto da Assembleia Municipal, com vista à declaração do concelho como “Zona Livre do TTIP e CETA”, dada a preocupação das reorganizações em curso, entre a União Europeia, os EUA e o Canadá, com o estabelecimento de um Grande Mercado Transatlântico através da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento/Transatlantic Trade and Investment Partnership/TTIP). Este documento pode ser consultado na “Plataforma Não ao tratado Transatlântico – <https://www.nao-ao-ttip.pt>”.

O segundo assunto era relativo a uma petição pública enviada pelo Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo, sobre a alteração dos critérios do Fundo Geral Municipal, fundo esse que serve para combater a desertificação, o envelhecimento, a emigração, entre outros aspetos.

O terceiro ponto era relativo a um documento enviado ao Sr. Presidente da Câmara pela Sociedade Hoteleira “A Lampreia Lda”, que se declara prejudicada, pois, aquando do lançamento da nova ponte da IP3 (devido ao pavimento ter ficado em mau estado e causar danos aos veículos dos seus clientes, tendo já remetido a situação para as Infraestruturas de Portugal (IP) e deste modo dava a conhecer o problema ao Sr. Presidente da Câmara, à Assembleia Municipal e ao Presidente da Junta de Freguesia de Óvoa e Vimieiro.

O quarto assunto era referente a um documento enviado pelo partido Os Verdes (PEV), dando a conhecer uma petição relativa à preocupação com a recolha, tratamento e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários na ACES Dão Lafões, enviada à Assembleia da República com o conhecimento do Ministério da Saúde.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O quinto assunto dizia respeito a um documento enviado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Anadia, no qual solicitava a aprovação de uma moção sobre o ensino público e privado, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referido que o assunto ultrapassava o âmbito das competências desta Assembleia Municipal. O sexto assunto era relativo a um documento enviado pelo partido Os Verdes (PEV), que colocava uma questão ao Ministério da Economia sobre a instalação de uma central de biomassa na floresta do Mundão – Viseu.

O último assunto era relativo ao Conselho Municipal de Segurança, com algumas questões que traduzem preocupações relativas ao impacto que a eventual carência de efetivos da GNR possa ter na segurança dos municípios.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que todos os documentos acima referidos ficavam disponíveis na área dos documentos facultados aos senhores deputados e que seriam alvo de nova abordagem na próxima sessão desta Assembleia Municipal.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia. Começou por dizer que soube, recentemente, que na extensão de saúde de S. João de Areias, a falta de enfermeira já tinha sido suprimida. No entanto, tem conhecimento que a enfermeira está a ir apenas um dia ou dia e meio para fazer tratamento a doentes diabéticos. Sendo pouco compreensível tendo em conta que muito recentemente a Junta de Freguesia e a Câmara fizeram um conjunto de intervenções no espaço de extensão de saúde de S. João de Areias de forma a criar todas as condições para que o trabalho do enfermeiro se pudesse desenvolver com normalidade. Deixando aqui um apelo ao Sr. Presidente da Câmara e também ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dentro das competências de cada um, para que em articulação com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias pudessem promover urgentemente um esclarecimento cabal desta matéria, sendo inaceitável esta situação. De seguida o Sr. Deputado António José Correia questionou se já existia alguma clarificação sobre a matéria que diz respeito à ferrovia pois, recentemente, tinham surgido notícias que já existia uma decisão definitiva de requalificação da Linha da Beira Alta em detrimento da ligação direta Aveiro – Vilar Formoso pedindo, ao Sr. Presidente da Câmara, se podia dar alguma informação em relativa a esta matéria tão importante para todos nós. A última questão colocada pelo Sr. Deputado estava relacionada com algumas afirmações feitas na última Assembleia Municipal dizendo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que houve uma intervenção por parte do Sr. Deputado Tiago Rafael Costa que versava sobre o relatório do Tribunal de Contas e a crítica feita relativamente a esses mandatos e exercícios do ano e a respetiva não homologação dessas contas, de 2005 a 2009. Referiu ser verdade, que o não podia negar mas que era um assunto factual. Alertou contudo para a tentativa de branquear algumas coisas e que o não iria permitir. Disse que no exercício de 2005 dez meses foram da responsabilidade do Partido Socialista, em que o atual Presidente da Câmara foi vereador. Acrescentou que olhar assim de repente para estes documentos, de 2005 a 2009, e ligar este problema só ao PPD/PSD era faltar à verdade, aceitaria este raciocínio se o Sr. Presidente da Câmara entendesse que eventualmente o problema do défice do país, este ano, era unicamente da responsabilidade do Dr. António Costa, que entrou muito recentemente no governo, não



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concordando no branqueamento deste assunto desta forma. Disse que assumia as suas responsabilidades acrescentando que as críticas e os alertas que o Sr. Presidente da Câmara mencionou na sua intervenção, em resposta aos Sr. Deputado, também as devia ter feito para si no mandato anterior. Perguntou, ainda, ao Sr. Presidente e ao Sr. Deputado se leram o relatório todo, dizendo que não sabia se o tinham lido todo visto esse relatório mencionar exercícios anteriores e que apenas não houve deliberação e parecer do Tribunal de Contas, sobre esses exercícios, por uma razão muito simples, era porque já tinham prescrito e isso vinha no relatório do Tribunal de Contas, tendo isto sido simplesmente passado em branco. Era um alerta, não era para nenhuma crítica feroz, mas para repor a verdade nestas matérias.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa para referir o assunto relacionado com o IP3 e o encerramento da ponte que liga S. João de Areias a Tábua e que está a levar ao aumento do trânsito de veículos pesados em Pinheiro de Ázere e cuja intervenção constitui o anexo nº 1 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Foi dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz para falar que a qualidade da nossa vida depende em grande parte da nossa capacidade de dedicação à nossa cultura e que a podemos aproveitar. Sabíamos instintivamente sem necessidade de explicação que manter uma ligação com os valores intrínsecos da nossa cultura, seja a língua, a arte, a música ou o património era um contributo para o desenvolvimento local. Apoiar a cultura significava atribuir um papel ativo aos membros da comunidade para o seu futuro, promovendo a mudança a médio e longo prazo. Por outro lado, a cultura vista como um vetor de atividade inclui o património material e imaterial e as indústrias criativas, eram em si mesmo um poderoso vetor de desenvolvimento com consequências socioeconómicas. Estava provado que os recursos culturais de um território podiam ser transformados em riqueza económica promovendo identidades, as tradições, os produtos culturais e os serviços de uma região no sentido em que geram emprego. Que a sua curta intervenção serviu para enaltecer o contributo do ponto de vista do Conservatório Música e Artes do Dão (CMAD) no desenvolvimento de Santa Comba Dão, demonstrado numa constante atividade, especialmente, na qualidade musical do espetáculo "A ilha do Tesouro". Por último, agradeceu pela oportunidade proporcionado a todos os santacombadenses de assistir a um espetáculo com elevada qualidade e nível.

Em seguida, interveio o Sr. Deputado Tiago Costa cuja intervenção constitui o anexo nº 2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Posteriormente, tomou a palavra o Sr. Deputado Manuel Luís Leitão para que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lhe esclarecesse uma dúvida sobre um discurso ocorrido durante a cerimónia no Dia do Município, dúvida essa relativa ao protocolo usado para a escolha do convite no uso da palavra durante a cerimónia. Disse o Sr. Deputado pelo que sabia devido à falta do Sr. Deputado António José Correia tinha sido substituído pelo Sr. Deputado Marco Varela, e a sua principal dúvida foi que o discurso transcrito para o jornal Defesa da Beira estava assinado, e muito bem, pelo Sr. Deputado Marco Varela, mas na qualidade de Presidente da Comissão Política do PPD/PSD, não sabia se havia algum erro de transcrição, mas devia ser o líder de substituição da bancada do PPD/PSD. Por isso perguntava ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal se o protocolo foi alterado ou desrespeitado porque com certeza o líder concelhio do PS ou do CDS/PP deveriam também ter tido direito à palavra. Em relação ao discurso não podia deixar de fazer um reparo ao que foi lido pelo Sr. Deputado Marco Varela, para



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte Nº 506 637 441

uma cerimónia em que foram condecoradas pessoas, em que todos os discursos apelavam ou deviam apelar à confiança no futuro o Sr. Deputado fez uma intervenção sinónima do velório de um concelho que parecia defunto. Se calhar o Sr. Deputado tinha razão, o concelho de Santa Comba Dão há três anos estava quase morto, após tomar posse o atual Executivo teve que lidar com cenários terríveis, factos – uma fila quase interminável de pessoas e empresas a reclamar dívidas atrás de dívidas, encontrou uma Câmara Municipal destruída financeiramente e mais grave foi quando tiveram de chamar aos seus gabinetes e comunicar a trinta pessoas ou trinta famílias que trabalhavam nas empresas municipais que o Município estava legalmente impedido de lhes poder renovar o contrato. Mas como era óbvio os melhores estavam talhados ou destinados a minimizar o pior. Que este Executivo agora pagava a trinta dias, conseguiu poupar três milhões de euros e conseguiu criar oitenta postos de trabalhos, assim, podíamos dizer que o concelho de Santa Comba Dão estava novamente a viver tempos de enorme confiança. Também disse que não teve oportunidade de discursar no Dia do Município mas que podia afirmar que Santa Comba Dão estava novamente no ciclo certo que terminou em 2005.

Pediu a palavra o Sr. Deputado António Correia para defesa de honra, dizendo que relativamente ao protocolo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal recebeu um email seu, no dia anterior ao discurso, informando ser o Sr. Deputado Marco Varela a fazer a intervenção. Depois pediu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para agradecer à Sra. Deputada Edite Cruz por ter reconhecido que houve desenvolvimento no nosso concelho. Que o Conservatório não tinha três anos, tinha mais alguns, sendo um projeto que o Executivo anterior apoiou sempre, fez desenvolver Santa Comba Dão e criou postos de trabalho. Elevando o nosso nível de cultura para um patamar a que não estávamos habituados e tinha muito orgulho disso e registava que também continuava a haver esse mesmo apoio. Dizendo, ainda, que as intervenções dos Senhores Deputados Edite Cruz e Tiago Costa iam de encontro de facto aquilo que tinha sido feito nos anos anteriores e agradecia por isso.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que estava nesta Assembleia Municipal na qualidade de Presidente há cerca de três anos e que finalmente tinha recebido um elogio pelo seu trabalho enquanto dirigente do CMAD. Referiu que até aí só tinha levado com críticas veladas e indiretas. Pedia licença para dizer que quando há tanta questão sobre a ocupação da Casa da Cultura e a serem escritos artigos no jornal sobre se se pagava ou não se pagava renda e lembrou que o principal benefício se refletia nos alunos, nas famílias e no desenvolvimento do concelho dado tratar-se de uma escola que prestava um relevante serviço público. Referiu que, no seu entender, os principais patrocinadores da cultura em Santa Comba Dão era o CMAD e os seus responsáveis. Pediu também a todos para refletirem nas suas palavras e o que fazia era, em grande parte, por dedicação a Santa Comba Dão. Acrescentou que Santa Comba Dão, apesar de neste momento estar a passar por dificuldades, tinha um invejável potencial de crescimento devido precisamente aos seus recursos humanos e ao dinamismo das suas instituições. Disse achar que a política baixa devia terminar naquele dia e naquele local. Lembrou o processo da venda da escola profissional chumbada nesta assembleia por questões relacionadas com a mesquinhez da luta partidária. Agradecia ao senhor deputado José Rui Alves Ferreira por ter sido o único a mostrar lucidez, na altura. Continuou dizendo que enquanto não se começar a apostar, sem



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medo, nas pessoas, empresas e projetos bons que cá estão o concelho adia o seu futuro e o seu mais rápido progresso. Apontou os dados apresentados no Conselho Municipal de Segurança para fundamentar a grande melhoria dos índices mais problemáticos como por exemplo a toxicodependência. Referiu que isso tinha um grande valor, enaltecendo o contributo do Pinguinzinho, dos Escuteiros, do CMAD, das associações e das filarmónicas. Também disse que o CMAD era constantemente bombardeado com “bocas” aproveitando para esclarecer que o CMAD estava na Casa da Cultura com as condições bem referenciadas, negociadas e aceites. Ressalvou mais uma vez que a sua candidatura pelo PS como cabeça de lista à Assembleia Municipal mudou inexplicavelmente a perspetiva de vários intervenientes responsáveis por estas decisões. Concluiu ser um cidadão de plenos direitos tal como os restantes membros dessa assembleia. Quanto à questão do pagamento das rendas reafirmou o benefício não ser seu, o Conservatório tinha os alunos em regime de articulado, gratuito e financiado para mais de noventa por cento dos alunos, sendo um terço do seu currículo oficial dado na Casa da Cultura. Comparou a participação do município noutras instalações onde também é assegurado o currículo oficial. Lamentou a tendência que existia de destruir bons projetos existentes pela crítica infundada. Agradeceu novamente o elogio e convidou a intervir alguém que tivesse alguma coisa para dizer em relação a este assunto.

Como ninguém quis intervir o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para a questão seguinte referente à cerimónia do Dia do Município esclarecendo que nas reuniões preparatórias tidas entre a Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal foi decidido convidar os líderes parlamentares e que na véspera da cerimónia foi informado que o Sr. Deputado António Correia seria substituído pelo Sr. Deputado Marco Varela. Foi dado de novo a palavra ao Sr. Deputado António Correia para dizer que continuava a ser o líder da sua bancada parlamentar e que ainda faltava tempo para a gincana política.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a situação não foi tão simples como estava aqui a tentar esclarecer.

Em seguida interveio o Sr. Deputado José Augusto Morais que se referiu ao documento enviado pelo Conselho Municipal de Segurança à Assembleia Municipal, dizendo que não parecia ter ficado expresso o que pretendia que a Assembleia Municipal fizesse. Queria de alguma forma que a Assembleia Municipal endereçasse ao Comando Geral da GNR um documento a solicitar o aumento do número de efetivos para obviar as situações apontadas tanto pelo Sr. Presidente da Associação de Pais como pelo Comandante dos Bombeiros Voluntários, dizendo o Sr. Deputado que a Assembleia Municipal deveria fazer um documento a solicitar ao Comando Geral da GNR que pusesse à disposição dos santacombadenses mais efetivos, que são comuns a três áreas: Santa Comba Dão, Mortágua e Tondela e que têm de ser deslocalizados dos locais para ocorrer às situações. Muitas vezes não estavam em tempo útil nos locais por estarem longe.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Sr. Deputado José Augusto disse que do ofício chegado não se entendia isso.

Foi de novo dada a palavra ao Sr. Deputado António Correia para dizer que juntamente com os líderes parlamentares do CDS/PP e do PS se pudesse elaborar,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posteriormente, uma moção que vá de encontro às manifestadas pelo Conselho Municipal de Segurança.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que toda a Assembleia tem essa concordância na elaboração da moção.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, começando por pedir permissão ao Sr. Presidente da Assembleia para esclarecer que pelo facto de em trinta e um de Dezembro de 2015 o município, fruto da boa gestão, deixou de estar em rutura financeira e conseqüentemente sem a obrigatoriedade de recorrer ao FAM. Disse ainda que na última reunião de Câmara foi autorizado a fazer uma consulta aos bancos com vista à possibilidade de se vir a recorrer de um empréstimo de saneamento financeiro, o que a verificar-se, será mais vantajoso para o município e os munícipes.

Em seguida o Sr. Presidente respondeu às questões colocadas no período antes da ordem do dia pelos Senhores Deputados. Começou por abordar a questão relativa à reclamação do Restaurante a Lampreia, dizendo que o assunto tinha a ver com as obras da Ponte do Chamadouro, na altura as Estradas de Portugal assumiram o compromisso de obrigar o empreiteiro a repor o que tinha estragado. Foi um compromisso assumido pelo Sr. Presidente das Estradas de Portugal no dia em que a ponte foi visitada pelo Senhor Primeiro Ministro de então. Como o empreiteiro se recusou a fazer as obras, as Infraestruturas de Portugal adjudicaram esse trabalho a outra empresa e estará concluído até ao final de Junho. Fazendo alusão à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere, disse haver também um problema com a empresa que tinha a ver com o início das obras de reparação das pontes. A primeira ponte a ser interdita foi precisamente a de Santa Comba Dão e o trânsito, na ocasião, passou a ser feito entre Santa Comba Dão e Mortágua. A passagem de camiões pesados em todo o troço que vai da Ribeira das Hortas até ao cemitério, embora também possa ter acontecido por outros motivos, contribuiu, decisivamente, para que as valas, provavelmente não preparadas para aguentar tamanha carga e quantidade de tráfego, cederam. Disse ter já reclamado na mesma data, com elementos fornecidos por relatos da comunicação social e informação das próprias Infraestruturas, no sentido de obrigar a empresa a fazer essa reposição. Essa situação estava a ser acompanhada e estava a andar. O Sr. Presidente da Câmara disse que tinha muito receio que aquilo que o Sr. Presidente Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere aqui colocava possa vir também a acontecer nas estradas de Pinheiro de Ázere.

Relativamente à Central da Biomassa do Mundão disse que existiu até há algum tempo um interesse da Associação de Municípios do Planalto Beirão (AMPB) para que esta central ficasse localizada junto ao Aterro Sanitário. Para ter uma maior produtividade e rentabilidade a central iria utilizar parte dos muitos resíduos sobrantes do próprio aterro. Embora esteja em funcionamento a central de valorização orgânica havia ainda um conjunto de dependências que podiam ser utilizadas pela central de biomassa, porque naturalmente estava feito o estudo e esta região tinha matéria-prima para permitir a sua instalação. A razão de não ter ficado na AMPB foi devido à potência que a EDP tinha de fornecer, ficava muito oneroso, a colocação de uma linha disponível para isso e, uma vez que ela já estava disponível no Mundão determinou o local escolhido.

Relativamente à questão das preocupações com o número de efetivos da força de segurança disse que estava atento a esta situação e em contacto com o Comandante do



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destacamento de Santa Comba Dão e com o Comandante de Viseu. A informação que lhe foi dada era de que o governo muito brevemente iria abrir um conjunto muito significativo de vagas para aumentar o número de pessoal. Parecia muito bem ao Sr. Presidente da Câmara que a Assembleia Municipal fizesse uma moção. Também a Câmara o iria fazer para que todos juntos dessem mais força à preocupação do Conselho Municipal de Segurança. Relativamente à questão da alteração do Fundo Geral Municipal tinha a ver com uma questão que se coloca de tratar igual aquilo que é desigual, e no fundo era uma proposta de fazer chegar mais verbas deste fundo aos municípios que têm mais dificuldades, fundamentalmente aos municípios que estão em processo de desertificação e os do interior.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado António Correia disse que concordada plenamente. Era uma questão que tinha trabalhado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias. Já tinham feito reuniões com o Coordenador da USF, com o Coordenador do ACES Dão Lafões e pensava que a situação estivesse resolvida, mas tinha, mais uma vez, em conjunto, de dar corpo a esta reclamação. Sobre a questão da ferrovia, pensava que a questão já estava clara, a ligação Aveiro – Viseu – Salamanca estava fora de questão, o problema principal era porque não havia dinheiro.

Disse achar que estava definitivamente assumido que ia avançar rapidamente a requalificação da Linha da Beira Alta. Quanto à questão do Tribunal de Contas o Sr. Presidente da Câmara disse que era evidente que incluía também a conta de 2005 e que isso não se podia escamotear. Mas gostava de dizer ao Sr. Deputado que leu os relatórios todos e que muitas das questões relatadas pelo Tribunal de Contas foram chamadas à atenção pelos vereadores e deputados da Assembleia Municipal do PS da altura e as quais não foram tidas em conta.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere referiu ir colocar essa questão às Infraestruturas de Portugal. Relativamente à questão da marcação longitudinal das bermas era um problema não só de Pinheiro de Ázere mas do concelho inteiro. O Sr. Presidente da Câmara disse que fizeram um investimento que custou quase dez mil euros para, também, dar resposta a uma das preocupações do Conselho Municipal de Segurança e da Câmara e tinha a ver com os cruzamentos mais perigosos, que eram os do ramal de Treixedo, zona da Catraia – Cruz da Pedrosa, Lameiras – cruzamentos para Pinheiro de Ázere e complementado com mais algumas linhas noutros locais. Que os dez mil euros não chegaram para mais. Este trabalho continuará a ser feito de modo faseado, de acordo com as maiores prioridades.

Relativamente às intervenções dos Senhores Deputados Edite Cruz e Tiago Costa, naturalmente concordava e corroborava o que foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Este era mais um trabalho que vinha a ser feito há anos e sobre quem teve influência para a vinda do Conservatório era uma questão que já estava ultrapassada. A verdade era que a Casa da Cultura, como aqui já tinha sido dito, era um espaço em que passavam espetáculos de enorme qualidade e pensava que não havia muitas casas como esta no distrito de Viseu. Também, deixava aqui uma preocupação e uma crítica, quando a Casa da Cultura foi inaugurada em 2004 tinha a tecnologia mais avançada mas ao longo destes últimos anos, infelizmente não foram feitos grandes investimentos em tecnologia e hoje era uma limitação existente. Estas limitações existentes não seriam de espaço físico mas sim de equipamentos e que muitas vezes se



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha de socorrer dos nossos vizinhos de Tábua, com quem mantínhamos uma boa relação. Estava na altura de fazer investimentos na Casa da Cultura, mas neste momento tal não é possível, pelo que, faseadamente, o mesmo será colocado.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

I I- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2016;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2016, esta foi aprovada por maioria, com vinte e três votos, sendo treze votos a favor do PS, nove do PPD/PSD e um do CDS/PP, duas abstenções do PPD/PSD, dos Senhores Deputados António José Correia e Márcia Sofia Gonçalves Marques por não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara que nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou a informação sobre a atividade do Município, no período compreendido entre vinte e três de abril e dezanove de junho, e da situação financeira do mesmo, compreendido entre o período de vinte e dois de abril e vinte de junho de 2016. Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia que abordou a questão da gestão do Município, afirmando que era apertada em função das condições existentes, e o Sr. Presidente da Câmara na apresentação da informação deste ponto de trabalho elencou no âmbito da Área de Requalificação Urbana (ARU) que tinha um conjunto de projetos que queria ver alavancados, que a margem era pouca e que tinha de priorizar, por isso, queria perguntar o que pretendia priorizar, e dentro dos projetos aqueles que achava que eram mais decisivos para acrescentar desenvolvimento ao nosso território. A segunda questão que colocava e que já tinha sido aqui abordada - o musical, não acrescenta nada relativamente àquilo que tinha sido dito. Lamenta, apenas, o facto de as datas do musical terem coincidido com um fim-de-semana em que havia tradição de festa em duas freguesias, S. Joãozinho e S. João de Areias e, ainda, em Santa Comba Dão, com as marchas. Era, de facto, tentar evitar isto porque todos ficávamos a ganhar. Para tal ter acontecido, certamente não houve outra possibilidade. Em seguida, pediu ao Sr. Presidente da Assembleia permissão para colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, pois ainda não tinha tido oportunidade de a colocar e tinha a ver com o relatório do Tribunal de Contas. Apenas queria perguntar o seguinte: “tendo em conta que disse que leu o relatório com toda a atenção, se era verdade ou não que havia



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também crítica do Tribunal de Contas relativamente ao exercício anterior de 2001 a 2005, e que apenas não foram alvo de parecer por terem prescrito”.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado, afirmando que as prioridades não eram só da ARU, mas que tinham outros investimentos. A ARU era um chapéu para um conjunto de outros projetos. Portanto, no que dizia respeito concretamente à reabilitação urbana, o dinheiro era pouco, o investimento que lá estava era de dezassete milhões de euros. Era evidente que não seria este ano que o investimento ia ser feito, mas que era para fazer nos próximos anos. Resolveram, e bem, na reunião formal que fizeram com os senhores vereadores elencar lá todos, para que quando existirem candidaturas as permitisse alavancar. Porque como era comum em todos os quadros comunitários normalmente os eixos são depois reforçados relativamente aquilo que previa o valor inicial. Portanto as suas prioridades neste momento iam para a requalificação do centro antigo, acessibilidade à ecopista do Dão e propostas na área da requalificação urbana. O dinheiro que foi disponibilizado já não chegava para isto tudo. Eram estas as prioridades neste momento, embora estejam outros projetos priorizados no plano que há de vir a esta Assembleia para discussão. Em relação ao musical, era verdade o que o Sr. Deputado disse, mas o musical não era só para Santa Comba Dão, envolvia três concelhos, portanto, a planificação era feita no âmbito dos concelhos. Tinha a ver com a disponibilidade da equipa que o Conservatório se socorria para poder fazer todo o trabalho. Que decorreram em Santa Comba Dão quatro espetáculos, ou seja, existiu a possibilidade das pessoas escolherem o dia de assistirem ao espetáculo. Disse, ainda, que nem as freguesias de S. Joaquinho e de S. João de Areias podiam abdicar de ter as festas de S. João sendo esta uma sobreposição complicada de resolver.

Neste momento, interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer que a Casa da Cultura alberga 270 pessoas e que teve o cuidado de observar que a maioria dos espectadores vinha de fora do concelho não concordando portanto que a marcação das mesmas datas tivesse qualquer influência no afluxo às atividades coincidentes. Em seguida o Sr. Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo que, relativamente ao Tribunal de Contas, era verdade tudo o que o Sr. Deputado tinha dito, mas não deixava de ser verdade o que ele, Presidente da Câmara, tinha dito: As contas estavam efetivamente prescritas mas que de 2006 a 2008 as críticas eram muitas.

Terminado este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.3- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2015 /ARTº 76º, Nº2 E 3, DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o projeto em causa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão e, como nenhum deputado se inscreveu, colocou o documento em apreço a votação. Este



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto foi aprovado por maioria, com catorze votos, sendo treze votos do PS, um voto do CDS/PP e onze abstenções do PPD/PSD.

Findo este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4-RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL-PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- 1ºRELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2016 – (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12ºDA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO)/ACOMPANHAMENTO ;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos e, como nenhum deputado se inscreveu, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.5- PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal a proposta de alteração acerca do assunto em epígrafe.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Interveio o Sr. Deputado Fernando Cruz no sentido de questionar se tinha sido analisado, nesta elaboração do ARU, algum impacto no incremento da receita que decorria das novas taxas e, também, se havia algum estudo da Câmara, a partir de que período iam ser implementadas e como iam ser aplicadas as taxas que aí constavam, se havia um estudo do incremento das receitas ao nível orçamental no ano de 2017 com a implementação do ARU.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que relativamente à ARU foram definidos um conjunto de benefícios fiscais, para os particulares e empresas que quisessem reabilitar um edifício em área de ARU, mas é impossível quantificar o aumento de receitas que tais medidas gerarão.

Pedi, ainda, a palavra o Sr. Deputado António Correia para dizer que, apesar de já o ter feito junto do Sr. Dr. José Rui Cruz, não deixava de registar com muito agrado que um santacombadense estivesse na Assembleia da República, estabelecendo, assim, uma ligação entre esta e o município de Santa Comba Dão, independentemente do partido político a que pertence. Por fim, pede desculpa por ser fora do âmbito deste ponto.

O Sr. Presidente da Assembleia intercedeu, afirmando que o momento foi oportuno.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade com vinte e cinco votos, sendo 13 votos do PS, um voto do CDS/PP e onze votos do PPD/PSD.

Terminado este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

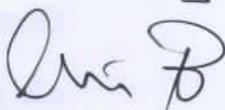
III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à plateia. Não houve, no entanto, intervenções por parte do público.

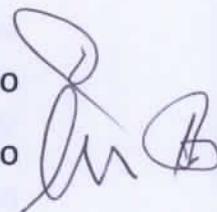
A minuta da ata, após ter sido lida em voz alta, foi posta a votação. Foi aprovada por unanimidade dos vinte e cinco deputados, sendo treze votos do PS; onze votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas dezasseis horas e cinquenta e seis minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Falar da Nossa Casa da Cultura.


2013


Uma obra do Partido Socialista, que desde a data da sua inauguração é considerada um dos melhores e mais funcionais edifícios do género na região.



Um Espaço privilegiado para as iniciativas das nossas associações, como também para receber projectos, no campo musical, do teatro, do cinema, e de um modo geral, de toda a espécie de artes performativas, dignos de exibição em qualquer outra sala de espectáculos do país, colmatando, desta forma, uma lacuna cultural no concelho e mesmo na região.

Santa Comba Dão é, hoje, por obra de um Governo Camarário do PS, dotada de uma infra-estrutura que orgulha a Cidade e o Concelho, e que se revelou absolutamente indispensável ao seu desenvolvimento cultural.

Quando uns, quando estão no executivo, se esquecem da Cultura ou a relegam para segundo plano, o Partido Socialista coloca a cultura como um pilar muito importante no desenvolvimento da população.

Como disse Albert Camus, *Sem a cultura, e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva.*



Voltando ao panorama Santacombadense, basta pensar que a maior parte dos nossos embaixadores, no país e no mundo, são da área da cultura.

Este ano, com doze anos, a Casa da Cultura Santacombandense está melhor e mais activa do que nunca, sendo caso para dizer que Santa Comba Dão dá cartas a alguns concelhos maiores, nesta vertente.", podendo com propriedade afirmar que, por vezes, esta, que é a nossa Casa da Cultura na verdadeira acepção da palavra, por vezes parece-nos já pequena em alguns dos eventos que lá ocorrem, como seja, por exemplo, a cerimónia de encerramento do ano lectivo agora findo, onde decorreram peças musicais de grande recorte artístico.

Os santacombadenses, hoje, estão bem cientes disso e valorizam a importância desta que por muitos é considerada o ex-libris da cidade.

Estamos certos de que o sucesso não ficará por aqui, pelo que aqui também deixamos uma palavra de agradecimento e de motivação aos que proporcionam momentos de grande significado cultural dentro daquelas quatro paredes.

Bem-Hajam!

Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados Municipais
Comunicação Social
Digníssimo Público



Com o encerramento ao trânsito, para já só de viaturas pesadas, da ponte que liga S. João de Areias a Tábua, deparámo-nos com um súbito e elevado aumento do trânsito daquelas viaturas na freguesia de Pinheiro de Ázere, atravessando a Ponte que liga Ázere a Pinheirinho, dirigindo-se sobretudo ao IP 3 e ao IC 12.

Atendendo a esta situação ser para continuar por um período longo de tempo, cerca de dois anos, tem a Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere e os seus habitantes uma enorme preocupação pelos seguintes motivos:

- Será que a referida Ponte tendo sido construída aquando dos vergonhosos exemplos das Pontes de Santa Comba Dão, Chamadouro, Criz e S. João de Areias, não enferma dos mesmos males que têm posto em perigo a segurança dos seus utilizadores?
- Caso o problema da segurança daquela obra de arte não se ponha, não deverá a tutela das estradas nacionais responsabilizar-se pela futura reparação das estradas municipais e arruamentos utilizados, que não estão estruturalmente construídos para suportarem um trânsito elevado de viaturas de várias dezenas de toneladas?
- Caso as duas questões anteriores sejam ultrapassadas e no sentido de zelar pela segurança dos utentes da estrada municipal que liga a Venda do Cêbo a Pinheiro de Ázere, que com este aumento de trânsito de pesados aumenta substancialmente a sua perigosidade, devido à pouca largura e às bermas que em muitos locais têm mais de meio metro de profundidade, deverá de imediato ser feita a sua marcação longitudinal.

Considerando a pertinência desta exposição, solicito que o Município de Santa Comba Dão faça chegar esta à tutela das estradas nacionais.

27/06/2016

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE ÁZERE

